



**CÂMARA MUNICIPAL DE PELOTAS
GABINETE DO VEREADOR PROF ADINHO
LÍDER DA BANCADA DO PPS**

Câmara Municipal de Pelotas	
Documento Protocolado	
Sob N.º	1714
Em	26/04/11
Responsável	

EMENDA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO

Acrescenta o inciso VII, do artigo 165 da Lei Orgânica Municipal.

Art.1º– Acrescenta o inciso VII, do artigo 165 da Lei Orgânica Municipal, que passará a ter a seguinte redação:

“Art. 165 – É assegurada:

I- ...

II - ...

III- ...

IV- ...

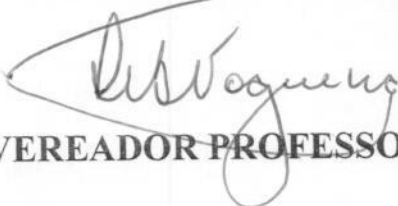
V- ...

VI – a gratuidade no transporte coletivo rural, às pessoas que utilizam o transporte coletivo rural e que tenham 65 anos ou mais de idade.

VII -a gratuidade no transporte coletivo rural, para todas as pessoas com deficiência física, mental, visual, múltipla, motora, cognitiva e congênita, considerada temporária.

Art. 2º – Revogadas as disposições em contrário, esta emenda à Lei Orgânica entrará em vigor na data de sua publicação.

SALA DAS SESSÕES, 20 DE ABRIL DE 2011.


VEREADOR PROFESSOR ADINHO



**CÂMARA DE VEREADORES DE PELOTAS
GABINETE DO VEREADOR PROF ADINHO
LÍDER DA BANCADA DO PPS**

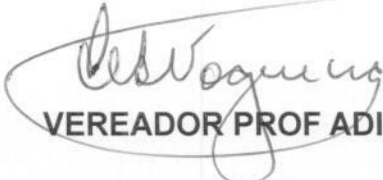
JUSTIFICATIVA

A referida emenda à Lei, deve-se ao fato de pessoas da nossa zona rural, que utilizam transporte coletivo para seus deslocamentos, impossibilitadas de locomoverem-se por motivo de doença ou deficiência temporária, possam ter o direito a transporte coletivo rural, pelo período que necessitem para o tratamento.

Ressaltamos que hoje a dificuldade dos moradores da zona rural é em relação aos deslocamentos, que para efetuarem o referido tratamento, muitas das vezes não o fazem ficando, às vezes, com sequelas permanentes, devido aos altos custos com o transporte coletivo.

Por isso, entendemos que a liberação de um passe temporário, nas empresas de transporte coletivo, iria atender a reivindicação dos moradores da zona rural, possibilitando assim sua recuperação, com tratamento adequado.

SALA DE SESSÕES, 20 DE ABRIL DE 2011.


VEREADOR PROF ADINHO